



**MIGRAÇÃO PARA O TRABALHO AGRÍCOLA NO
CERRADO MINEIRO:
UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE
SÃO GOTARDO**

**MIGRATION TO AGRICULTURAL WORK IN THE
CERRADO MINEIRO:
AN ANALYSIS FROM THE MUNICIPALITY OF SÃO
GOTARDO (BRAZIL)**

**MIGRACIÓN AL TRABAJO AGRÍCOLA EN
CERRADO MINEIRO:
UNA EVALUACIÓN DESDE LA MUNICIPALIDAD DE
SÃO GOTARDO (BRASIL)**

Déborah Cristina Alves

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: debialves97@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3774-9459>

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Professor Associado do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: mirlei@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1094-8829>

RESUMO:

Com advento da chamada “Revolução Verde”, um conjunto de inovações técnicas possibilitou a modernização do campo, aprofundando os nexos capitalistas. Esse processo torna-se pujante no território brasileiro a partir das décadas de 1960/1970, com a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de áreas do bioma Cerrado. Assim, o presente trabalho realiza o exame do município de São Gotardo-MG, situado na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. São Gotardo corresponde a um dos municípios selecionados para sediar o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP). Mediante a instrumentalização do território e o desenvolvimento de modernas tecnologias de produção proporcionadas pelo PADAP, São Gotardo conheceu a inserção de uma agricultura empresarial, própria do agronegócio globalizado que se instala nos cerrados do Brasil Central. O texto avalia as novas dinâmicas socioespaciais estruturadas no município, particularmente o intenso fluxo migratório – de mão de obra não qualificada que busca trabalho nas lavouras são-gotardenses –, proveniente do Norte de Minas Gerais e de estados do Nordeste, sobretudo do Maranhão, estabelecendo novas dinâmicas sociais, urbanas e de trabalho no município.

Palavras-chave: Agronegócio; Migração; São Gotardo, Minas Gerais.

ABSTRACT:

With the advent of called "Green Revolution", a set of technical innovations made it possible to modernize the countryside, deepening capitalist nexus. This process became vigorous in Brazil in the 1960s and 1970s, with the project to expand the agricultural frontier and the occupation of the Brazilian Cerrado. The present study examines the municipality of São Gotardo-MG, located in the mesoregion Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. São Gotardo corresponds to one of the municipalities selected to host the Alto Paranaíba Guided Settlement Program (PADAP - acronym in portuguese). Through the instrumentalization of the territory and the development of modern production technologies provided by PADAP, São Gotardo experienced the logic of business farming, proper to globalized agribusiness that settles in the Cerrado of central Brazil region. The



paper assesses the new social and spatial dynamics in the municipality, specially the intense migratory flow - of unskilled labor that seeks work in the plantations of São Gotardo -, coming from the North of Minas Gerais and Northeastern states, especially from Maranhão, establishing new social, urban and work dynamics in the municipality.

Key words: Agribusiness; Migration; São Gotardo; Minas Gerais (Brazil).

RESUMEN:

Con el advenimiento de la llamada “Revolución Verde”, un conjunto de innovaciones técnicas permitió modernizar el campo, profundizando los nexos capitalistas. Este proceso se ha intensificado en el territorio brasileño a partir de los años 1960/1970, con la expansión de la frontera agrícola y ocupación del bioma Cerrado. Así, el presente estudio examina el municipio de São Gotardo-MG, ubicado en la mesorregión Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. São Gotardo corresponde a uno de los municipios seleccionados para albergar el Programa de Asentamiento Dirigido del Alto Paranaíba (PADAP). A través de la instrumentalización del territorio y del desarrollo de tecnologías de producción modernas provistas por PADAP, São Gotardo experimentó la inserción de una agricultura empresarial, propia de la agricultura empresarial globalizada que se instala en el bioma Cerrado, en la región central de Brasil. El texto evalúa la nueva dinámica socioespacial estructurada en el municipio, en particular el intenso flujo migratorio - de mano de obra no calificada en busca de trabajo en los cultivos de São Gotardo -, proveniente del norte del estado de Minas Gerais y de los estados de la región noreste del país, especialmente del Maranhão, estableciendo nuevas dinámicas sociales, urbanas y laborales en el municipio.

Palabras clave: Agricultura empresarial; Migración, São Gotardo; Minas Gerais (Brasil)

1. INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, as inovações técnicas decorrentes da chamada “Revolução Verde” inauguram um processo de modernização do campo, que foi acompanhado pelo aprofundamento dos nexos capitalistas. Tal processo aprofundou-se no território brasileiro a partir das décadas de 1960/1970, quando o projeto ditatorial militar de modernização do país inclui a expansão da fronteira agrícola, que se estende a áreas até então consideradas impróprias ao cultivo.

A ocupação de áreas do Cerrado é o exemplo mais nítido de tal processo. Em função do teor ácido dos solos e do longo período de seca, as áreas cobertas por este bioma foram, até os anos 1950/60, consideradas impróprias ou desfavoráveis à agricultura para, a partir dos anos 1970, comporem gradativamente a principal região produtora de grãos no Brasil. Soma-se a este contexto o ingresso de capitais externos que iniciam a exploração das atividades agrícolas e a criação, a partir de 1965, de um sistema nacional de crédito rural (DELGADO, 2012), fatores estes que reforçam a produção voltada ao mercado externo.

Novas técnicas de manejo do solo acarretaram transformações de ordem qualitativa e quantitativa na produção. Deste modo, áreas não ocupadas ou utilizadas por populações cujas práticas se assentavam em técnicas e conhecimentos tradicionais se tornaram, progressivamente, fornecedoras de alimentos e matérias primas produzidos em larga escala, a partir de processos de “racionalização” do campo, com inserção maciça de técnica e capital, o que não ocorreu sem um conjunto de disputas, conflitos e contradições. Assim, o processo de modernização do Cerrado no



Brasil central também foi responsável pela completa modificação da dinâmica agrária pretérita – caracterizada por uma pecuária simples e agriculturas de subsistência baseadas em recursos locais e conhecimentos tradicionais –, além de transformação na estrutura fundiária, reafirmando a concentração da terra e de renda.

Nas duas últimas décadas, e através de um processo muito marcado por aquilo que Delgado (2012) denominou como “novo pacto de economia política do agronegócio”, o Brasil alcançou condição notável na produção de commodities (agrícolas e minerais) – o que acarretou em considerável ampliação da área destinada à agricultura e na aposta da exportação de commodities como mecanismo de equilíbrio da balança comercial, ainda que tal processo tenha implicações econômicas, territoriais e ambientais, bem como limites (DELGADO, 2012). Em que pese o histórico crescimento da produtividade e do volume de gêneros produzidos no campo brasileiro, é necessário reconhecermos um conjunto de problemas de cunho geográfico, bem como a histórica permanência da fome, da pobreza e da concentração fundiária no país (CARNEIRO; PEREIRA, 2005).

Nessa perspectiva, e tendo em vista contribuir para melhor compreensão acerca das dinâmicas socioespaciais resultantes da modernização do campo em áreas do Cerrado, o presente trabalho tem por objetivo avaliar a situação do município de São Gotardo-MG, situado na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, porção oeste de Minas Gerais, especialmente no que diz respeito à dinâmica recente da migração para o trabalho no campo. São Gotardo constitui um exemplo emblemático da modernização do campo em áreas de Cerrado, bem como de suas consequências sociais e territoriais. A gênese da modernização do campo em São Gotardo remete à década de 1970, quando o município foi selecionado para sediar o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP).

O PADAP foi um dos primeiros projetos de “colonização agrícola” do Cerrado no Brasil central, viabilizando a ocupação de vastas áreas por migrantes paulistas e sulistas (sobretudo paranaenses) em geral capitalizados e oriundos de uma cultura agrícola “racional”, com vistas à modernização e muito orientados pela possibilidade de aquisição de áreas maiores do que as de suas regiões de origem (SANTOS et al., 2012). O Programa voltou-se para a produção de commodities agrícolas (especialmente grãos como soja e milho), e serviu de modelo para a elaboração de outros projetos em demais regiões de Cerrado. No entanto, a agricultura hoje praticada no município de São Gotardo muito se caracteriza pela introdução, a partir dos anos 1980, de novas culturas agrícolas ainda muito intensas em mão de obra, como é o caso do alho, da batata inglesa, da



cenoura e de demais hortaliças – cultivos que, por suas especificidades de plantio (não passível de total mecanização) e trato, continuam a demandar trabalho humano.

Através da instrumentalização do território e das novas tecnologias de produção proporcionadas pelo PADAP, São Gotardo se inseriu na lógica da produção agrícola empresarial e hoje própria do que no Brasil reconhecemos como agronegócio, ou seja, o resultado da “(...) associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária [...] que realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p. 94). Cabe ainda reconhecer o papel do agronegócio no controle e expansão do mercado de terras (e da terra tornada mercadoria, hoje inclusive tratada como ativo financeiro), e no processo em curso de comoditização da agricultura e do campo, a partir de referências e de um controle externo (ELIAS, 2011). Trata-se, portanto, de um modelo indutor de desigualdades sociais, seja no campo, seja nas cidades associadas aos espaços e regiões produtivas.

Com a particularidade de uma produção que também inclui o cultivo de hortaliças, o campo moderno em São Gotardo é, ainda, intensivo em mão de obra e mobiliza quantidade significativa de trabalhadores oriundos do Norte de Minas Gerais e de estados do Nordeste, sobretudo do Maranhão.

O texto é composto, primeiramente, por uma breve contextualização do processo de modernização da agropecuária no município, para em seguida demonstrar como o processo de instrumentalização do território foi capaz de modificar as relações pretéritas no lugar. Por fim, avalia-se as características atuais de produção e seus efeitos na dinâmica econômica e social do município, com foco sobretudo nos aspectos da migração.

2. O PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO ALTO PARANAÍBA (PADAP): MODERNIZAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM SÃO GOTARDO

O processo de modernização do campo no Alto Paranaíba teve início no ano de 1973, com a implementação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), que visou a ocupação agrícola “racional” dos cerrados do Alto Paranaíba. O PADAP foi implementado em uma área de aproximadamente 600 km², abrangendo os municípios de São Gotardo, Campos Altos, Ibiá e Rio Paranaíba, todos no estado de Minas Gerais. Cerca de 10% da área do PADAP estava inserida no município de São Gotardo, o que corresponde a cerca 7,1 % de seu território municipal (SANTOS, et al., 2012).



A escolha dos municípios para a implementação do Programa se explica pela posição destes em relação aos principais mercados consumidores: Brasília (a nova capital que, a partir de então passa a demandar alimentos), Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Pela topografia plana e bastante favorável à mecanização, assim como pela infraestrutura de transporte e energia já existentes, os custos de implantação do Programa foram de certo modo reduzidos (SANTOS, 2010), permitindo com que a região se tornasse, em um curto intervalo de tempo, espaço de referência da moderna produção agrícola realizada nas áreas de Cerrado no Brasil Central.

A viabilização do PADAP é resultante da ação conjunta da Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central (CAC-CC), do estado de Minas Gerais (interessando na modernização do campo nas áreas de Cerrado) e também da União¹.

A princípio a CAC-CC envolveu-se em negociações com o estado de Minas Gerais e a União acerca da área que seria desapropriada para implementação do PADAP. A existência de um grande latifúndio na região, com mais de 200 km², pertencente ao empresário mineiro Antônio Luciano Pereira Filho, serviu de justificativa para a utilização, pelo Estado, de instrumentos de reforma agrária para desapropriar a terra necessária ao projeto (FRANÇA, 1984 apud BARBIERI et al, 2013, p. 20).

Segundo Santos (2010), a região escolhida para a implantação do Programa foi dividida em 95 lotes, os quais foram ocupados, a princípio, por produtores rurais selecionados pela CAC-CC. Na escolha desses produtores a CAC-CC privilegiou os filhos de seus cooperados para ocupar a área do projeto. Esses produtores, em grande maioria descendentes nipônicos, chegaram à região do PADAP entre 1974 e 1979. O deslocamento dos produtores rurais à região ocorreu em função do processo de valorização da terra em suas regiões de origem (estados de São Paulo e Paraná). O baixo preço das terras no Cerrado mineiro, associado às vantagens de crédito para compra das terras, o apoio técnico obtido de empresas públicas de pesquisa e a assistência recebida da Cooperativa (CAC-CC), figuraram como atrativos que viabilizaram o referido Programa.

Amplamente amparado pelo Estado, através de apoio técnico prestado aos agricultores por empresas estatais de pesquisa como Embrapa, Emater, Epamig e Ruralminas, o Programa estimulou os cooperados nas atividades de produção, comércio e distribuição, além da disponibilização de linhas de crédito. Houve também investimentos em infraestrutura para a instalação de armazéns,

¹ De acordo com Barbieri (2013), a CAC-CC surgiu da associação de um grupo de 70 agricultores da região de Cotia (SP), em 1927, a fim de enfrentar problemas relativos à comercialização de sua produção. Apesar de se tornar nas décadas seguintes uma das cooperativas mais atuantes do Brasil, em 1994 a CAC-CC é dissolvida em função de problemas financeiros. Neste mesmo ano foi criada a Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (COOPADAP), que incorporou instalações remanescentes da CAC-CC na região do PADAP.



silos, estradas e redes elétricas e de comunicação. Testando as inovações provenientes de instituições de pesquisa, a implantação do PADAP seria impensável sem a elaboração de novas técnicas de cultivo e cultivares adaptadas às características físicas e climáticas do Cerrado (BARBIERI et al, 2013, p. 24).

Com população estimada em 35.145 habitantes (IBGE, 2018), São Gotardo integra a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizando-se a cerca de 300 km da capital mineira. A referida região é o principal espaço da moderna agropecuária realizada em Minas Gerais, com destaque, desde os anos 1970, para o cultivo de grãos (soja, milho, café), sendo também muito acionada para a produção de cana-de-açúcar a partir da primeira década do século atual (PEREIRA, 2012, 2015).

A instrumentalização do território, a partir do PADAP, tornou o município em poucas décadas espaço de referência da produção agrícola moderna no Cerrado de Minas Gerais, culminando em mudanças de ordem econômica, social e cultural. A inserção do agronegócio no município de São Gotardo foi responsável por uma reestruturação da produção e organização das atividades agropecuárias pretéritas. Novas formas de organização espacial foram estruturadas, promovendo uma nova ordem, apta a servir aos interesses do capital nacional e estrangeiro.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2020), existem no município de São Gotardo 998 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de mais de 65 mil hectares. Os principais cultivos do município são os da lavoura temporária, sendo notável a diversificação produtiva, o que inclui commodities como milho, soja e trigo, e gêneros como alho, batata inglesa, cebola, dentre outros que, ainda que produzidos de modo moderno, por suas especificidades de manejo, figuram até hoje como culturas que demandam mão de obra.

Tal característica difere o campo em São Gotardo de outros espaços agrícolas modernos do Cerrado mineiro e mesmo da proposta inicial do PADAP, que estava centrada na produção de grãos. O cultivo de legumes e hortaliças no município tem origem nos anos 1980, quando estes gêneros tiveram preços valorizados em função da escassez no mercado (SANTOS, et. al., 2012). Destarte, salienta-se que outra especificidade do município de São Gotardo é a vultosa presença de produtores de origem nipônica (como muitos que compunham a Cooperativa Agrícola de Cotia), com tradição no cultivo de legumes e hortaliças. A tabela 1 apresenta os principais cultivos realizados na última década.

No que se refere ao estoque de empregos formais, São Gotardo é marcado pelo alto percentual de trabalhadores que desempenham atividades agrícolas. Avaliando os dados da RAIS/Dataviva (entre 2003 e 2017) para o município, em que pese a maior parte dos trabalhadores



formais estar alocada na “Administração pública em geral” (11,7% em 2017), desde 2003 cresce o volume de trabalhadores com carteira assinada nas “Atividades de apoio à agricultura” (9,1%), no “Cultivo de outras plantas da lavoura temporária” (7,1%) e na “Horticultura” (6,4%), ocupações estas que, quando somadas, totalizam mais de 1,7 mil trabalhadores, o que corresponde a 22,5% dos empregos formais em 2017. No mesmo ano, o “Cultivo de cereais” foi responsável por 3,3% dos empregos formais (235 empregados) (DATAVIVA, 2020).

Tabela 1: Principais gêneros agrícolas cultivados em São Gotardo – MG (anos selecionados)

Gênero	2010		2018	
	Área (ha)	Volume (t)	Área (há)	Volume (t)
Alho	100	1.500	350	5.500
Aveia	-	-	500	1500
Batata inglesa	180	5.400	580	21.050
Cana-de-açúcar	260	18.200	675	6.700
Cebola	60	2.700	180	13.500
Feijão	610	1.094	410	882
Mandioca	70	1.120	16	182
Milho	4.115	22.083	1.900	16.440
Soja	1.500	4.200	3.600	10.800
Sorgo	120	600	100	320
Trigo	100	480	1.345	5.500

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2019.

Apesar de possuir uma produção agrícola de destaque, o setor de serviços é o que mais contribui para a economia do município, situação típica das regiões de expressiva produção agrícola moderna (ELIAS, 2011). Majoritariamente, as empresas instaladas em São Gotardo destinam-se ao atendimento das demandas do campo moderno, conforme avaliou Santos (2010). É em São Gotardo que se encontra instalada a maior parte das empresas que prestam serviços aos produtores da região, sendo também o município escolhido pela maioria dos produtores oriundos do PADAP para fixar residência.

É a partir de tal situação geográfica, e pelas especificidades que guarda, que o município de São Gotardo hoje figura hoje como um espaço de atração de mão de obra para o trabalho agrícola, conforme avaliamos a seguir.



3. OS MIGRANTES COMO MÃO DE OBRA AGRÍCOLA E SUAS ESPECIFICIDADES EM SÃO GOTARDO

A importância que o cultivo de gêneros como alho, cenoura, batata inglesa, dentre outros no município de São Gotardo implica em expressiva demanda de mão de obra, que em geral é pouco qualificada e mal remunerada, mas muito necessária a tais cultivos.

A produção agrícola atua, assim, como responsável pelo desenvolvimento de um fluxo migratório ao município, fenômeno que também confere mudanças no meio urbano. Segundo Becker (1997), a migração configura um mecanismo de deslocamento populacional que implica em mudanças nas relações entre pessoas (inclusive as relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico.

De acordo com o Censo Demográfico Brasileiro são considerados migrantes todos os indivíduos que apresentarem pelo menos uma mudança de local de residência, seja de um município para outro (migrante intermunicipal), seja entre diferentes categorias de domicílio dentro dos limites do mesmo município (migrante intramunicipal). Entretanto, além dessa definição administrativa, outra poderia ser considerada a partir da discussão neomarxista: migrantes são todos aqueles indivíduos que seguem os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada. (BECKER, 1997, P. 342).

Paralelamente à visão neoclássica de migração, como um ato de decisão pessoal, compreendemos aqui os deslocamentos migratórios como uma “mobilidade forçada”. Becker (1997) descreve tal “mobilidade forçada” como situação em que a migração passa a ser compreendida como reveladora da crescente sujeição do trabalho ao capital. Deste modo, a cada vez que ocorre certa “(...) inadaptabilidade das populações aos recursos econômicos das zonas que habitam” (CALMON, 1998, p.101), também ocorre o fenômeno de mobilidade geográfica da força de trabalho. Portanto, a mão de obra é móvel, devendo estar apta a atender aos reclamos e localizações orientadas pelo capital.

A compreensão dos fatores estruturais, tendo como centralidade aspectos socioeconômicos determinados pelo processo de acumulação capitalista, é de suma importância para a apreensão do surgimento e desdobramentos dos fluxos migratórios. Sendo assim, somente em um segundo momento poder-se-ia falar em condições subjetivas dos migrantes. Para tanto, consideramos no estudo realizado em São Gotardo sobretudo as motivações gerais para o deslocamento e as novas condições de trabalho e de sociabilidade estabelecidos no lugar.

Figurando como uma necessidade sobretudo a partir dos anos 1980/1990, a migração para o trabalho agrícola em São Gotardo atrai um contingente de trabalhadores sazonais e também um grupo que acaba por fixar residência permanente no município, processo este que pode ser



observado nos Censos Demográficos, com maior expressão na primeira década do século atual. No ano 2000, quando o município detinha 27.631 habitantes, 3,5% deste total era composto por migrantes nordestinos (970 hab.). Em 2010, eram 31.819 os habitantes no município, e o volume dos migrantes nordestinos mais que triplica, alcançando 10,5% da população (3.338 migrantes, em números absolutos.), a maior parte deles oriunda do Maranhão (1.792 hab.), seguido dos estados da Bahia, Ceará e Alagoas. Assim, são os novos migrantes nordestinos os principais responsáveis pelo incremento populacional de São Gotardo na referida década. Por sua vez, os migrantes paranaenses (em grande parte a classe que opera a modernização do Cerrado na região desde os anos 1970), eram 1,25% da população local em 2000 (346 hab.) e 1,66% em 2010 (527 hab.) (IBGE, 2020).

Visando conhecer o perfil dos trabalhadores migrantes que se deslocam para São Gotardo, realizamos levantamento primário de dados com emprego de um questionário que foi respondido por 18 trabalhadores todos diretamente ligados ao trabalho agrícola². Tal levantamento permitiu recolher informações para uma leitura qualitativa acerca do processo migratório. Buscamos, através desse questionário, levantar aspectos referentes às motivações da migração, condições atuais de trabalho, região de origem, dentre outros aspectos, tendo como perspectiva, sobretudo, reconhecer a atual condição de vida dos trabalhadores migrantes em São Gotardo. Tais dados foram complementados a partir de coleta de informações na Escola Municipal José Antônio Dos Santos, Secretaria de Educação e Cultura do município e em sites governamentais, bem como através de informações recolhidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo.

Dentre os sujeitos que participaram respondendo ao questionário de pesquisa, encontramos trabalhadores oriundos de municípios do interior dos estados do Maranhão e Bahia e, em sua maioria, do Norte de Minas Gerais (Mapa 1). Trata-se de indivíduos que se deslocaram para o município de São Gotardo em busca de “melhores condições de vida”, de “trabalho” e de “estudo”, termos frequentes na maior parte das respostas.

A partir da perspectiva apontada por Becker (1997), compreende-se que a migração é fenômeno impulsionado pela força do capital, reportada a determinados grupos socioeconômicos que são coagidos a se deslocarem em busca de melhores condições de vida e trabalho. No caso de São Gotardo, tal condição é constatada através de respostas dadas à pergunta “Por quais motivos se

² Nossa intenção não foi a de definir uma amostra representativa, em termos estatísticos, do universo de trabalhadores rurais do município, mas apenas a de fazer uma leitura das condições de vida e trabalho a partir do contato direto com migrantes que desempenham trabalho agrícola. O contato com os trabalhadores no município ocorreu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo. A partir de nossas tentativas, 18 trabalhadores (nove mulheres e nove homens, com idade entre 18 e 64 anos), todos eles migrantes, nos devolveram o questionário de pesquisa preenchido, entre os meses de junho e julho do ano de 2018.



4. O TRABALHO NO CAMPO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MIGRANTES

São Gotardo, com o advento da modernização agrícola resultante do PADAP, tornou-se um espaço voltado aos interesses do agronegócio. Nessa perspectiva, o referido município é dotado de um arsenal técnico e tecnológico que, através de uma produção agrícola mecanizada, obtém elevados índices de produtividade. Dominando a economia local, são os produtores agrícolas empresariais que controlam a maior parte do mercado de trabalho, sobretudo pelo poder que detêm em definir os salários, como aponta Harvey (2005, p.132).

Exemplo do domínio da técnica e do grau de capitalização pode ser observado em reportagem publicada em 2018 em uma revista de circulação nacional, exaltando a moderna produção do município - a cooperativa Sekita Agronegócios, por exemplo, detém uma frota de 190 equipamentos agrícolas, resultante de investimentos que, no referido ano, alcançaram a cifra dos R\$ 9 milhões. Além do mais, são utilizadas sementes híbridas, sistema de alerta para a prevenção de pragas e doenças e emprego de sistema de navegação RTK que, possuindo uma precisão de 3 centímetros, possibilita que tratores sejam conduzidos sem operação manual do volante (CIRILLO, 2018).

Tais condições demonstram a utilização de tecnologias de ponta na produção agropecuária do município de São Gotardo. No entanto, a produção local também exige procedimentos ainda hoje realizados manualmente. Cenoura, alho e demais gêneros exigem tal tipo de trabalho, como relatado no excerto a seguir:

Nas linhas de produção [do alho], os funcionários semeiam dente por dente, e o posicionamento das sementes deve ser feito do lado certo. “O maior custo do alho é a mão de obra”, diz o produtor, que emprega 600 pessoas na cultura, com salários de até R\$4 mil, a depender da produtividade [...] A colheita do alho é mecanizada, mas o acabamento é manual: corte de raiz, folhas e limpeza das peles sujas. Na área de beneficiamento, os funcionários também debulham manualmente 15% das cabeças colhidas na safra anterior, separando por tamanho os dentes que serão utilizados no plantio, a fim de que os brotos se desenvolvam nas mesmas proporções (CIRILLO, 2018, p. 31).

O chamado “raleio” da cenoura, técnica de seleção das melhores mudas e extração das inviáveis (visando aumentar a disponibilidade de espaço, água, luz e nutrientes por planta) também exemplifica um procedimento manual muito utilizado em São Gotardo.

São essas as atividades manuais desempenhadas, essencialmente, por trabalhadores migrantes. Os fluxos migratórios, deste modo, configuram uma porção flutuante da população, que ora é repelida, ora é atraída, em função das necessidades de produção. Corroborando tal afirmação,



através da análise dos questionários, observa-se que a maioria dos trabalhadores rurais sinalizou que realiza ou já realizou deslocamentos sazonais, fluxos dirigidos essencialmente às áreas de produção agropecuária.

Trata-se de indivíduos que em geral não detém qualificação formal, e, logo, se dedicam a trabalhos laboriosos, ou seja, trabalhos “íngrats e mal remunerados” que a população local, em sua maioria, não está disposta a acatar, conforme já sinalizado no clássico trabalho de Pierre George (1969) ao avaliar processos da mesma natureza. Assim, uma vez no lugar, os trabalhadores migrantes “têm de aceitar as tarefas mais desagradáveis e quase sempre mais insalubres e perigosas por salários próximos do mínimo legal” (GEORGE, 1969, p.116).

As principais atividades desenvolvidas por esses trabalhadores em São Gotardo referem-se ao plantio e acabamento do alho, arranque, raleio e lavagem de cenoura, trabalhos com a produção de demais hortaliças e, em menor parte, como tratoristas. Segundo informações recolhidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo, os contratos de trabalho podem ser firmados por prazo determinado ou indeterminado. Os contratos por prazo determinado, geralmente, se referem a funcionários que se dedicam a atividades sazonais, como plantio ou colheita; já nos contratos por tempo indeterminado, o funcionário é registrado como trabalhador rural volante na agricultura. Para esta última modalidade de contrato, o trabalhador deve estar apto a realizar diferentes funções agrícolas, visto que os remanejamentos, de acordo com as necessidades da produção ao longo do ano, são comuns.

No que se refere à saúde, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores rurais migrantes no município são, em geral, árduas e fisicamente exaustivas. Exigem longas jornadas de trabalho, muitas delas realizadas ao ar livre. Comumente, essas atividades culminam em desgaste físico, sendo que dores na coluna, estresse e enxaqueca foram sinalizadas como principais dificuldades do trabalhador rural migrante no município de São Gotardo, conforme informações recolhidas através dos questionários. A postura desconfortável e contínua exigida no ato do raleio da cenoura, por exemplo, intenso barulho produzido pelas máquinas, variação de temperatura a que os trabalhadores que operam ao ar livre estão sujeitos etc. são algumas das principais queixas apontadas. Ademais, também foi apontado que a carga horária, iniciada durante a madrugada e que ocorre independente de finais de semana ou feriados, afeta as relações familiares. No entanto, e no levantamento empírico junto aos trabalhadores, ao responderem diretamente sobre a condição de trabalho da profissão atual em São Gotardo, em apenas um questionário a resposta foi “Péssima”, onze trabalhadores qualificaram como “Razoável” e seis como “Excelente”.



Outras dificuldades fazem referência às situações de ausência de um sentimento de pertencimento ao lugar, saudade dos familiares, custo de vida mais elevado do que o do local de origem e dedicação exclusiva ao trabalho, situações estas as mais pontuadas pelos informantes.

Apesar das adversidades apontadas, os trabalhadores que participaram da pesquisa residem em São Gotardo de modo fixo, sendo que apenas três informaram o desejo de retornar definitivamente para o município de origem. O aspecto financeiro é preponderante na decisão - em que pese as condições de trabalho no município, existe uma percepção de maiores oportunidades de trabalho e melhores salários, qualidade da alimentação, segurança e educação, elementos estes que foram apontados como fatores determinantes para a fixação definitiva desses migrantes no município. A partir de dados da RAIS, por exemplo, a média mensal do trabalho formal praticado na “Horticultura”, no ano de 2017, foi de R\$ 2.520,00, enquanto que a remuneração média nas “Atividades de apoio à agricultura” era de R\$ 2.170,00 (DATAVIVA, 2020), rendimentos estes em geral muito superiores aos do trabalho ofertado nos locais de origem dos migrantes.

A tabela 2 apresenta os dados referentes a aspectos econômicos e sociais dos municípios de origem dos trabalhadores que responderam ao questionário de pesquisa e também os dados do município de São Gotardo. Comparando as situações, podemos compreender as percepções aludidas pelos trabalhadores que responderam o questionário, haja vista a melhor condição apresentada por São Gotardo.

Como se apreende do próprio Plano Diretor do município (SÃO GOTARDO, 2008), o poder público local e parte significativa da população reconhece na presença dos migrantes um conjunto de desafios. Os migrantes são reconhecidos como “[...] contingentes de pessoas oriundas de diversas partes do país, especialmente do Norte de Minas e Nordeste do Brasil, atraídos pelo mercado de trabalho na área do agronegócio” (SÃO GOTARDO, 2008). Esses fluxos migratórios foram responsáveis por estabelecer novas dinâmicas sociais, urbanas e de trabalho, sendo que diante do massivo crescimento demográfico no município, conforme reconhece a própria Prefeitura Municipal - “[...] nos encontramos com uma cidade despreparada para acolher o crescente contingente humano e absorver as demandas sociais, de incremento econômico e fomento cultural” (SÃO GOTARDO, 2008).

Tabela 2: Panorama de São Gotardo-MG e dos municípios de origem dos migrantes – temas selecionados

Município	Ocupações formais (em %) (2017)	IDHM (2010)	Renda média (SM) (2017)	Índice de Pobreza (%) (2017)
Barra-BA	5,60	0,557	2,1	53,22
Coração de Maria-BA	8,70	0,592	1,5	25,22
Codó-MA	7,70	0,595	1,6	59,37



Ibiá-MG	15,60	0,718	2,1	20,11
Imperatriz-MA	22,80	0,731	2,0	53,22
Janaúba-MG	17,50	0,696	1,7	54,70
Mato Verde-MG	11,00	0,662	1,3	57,52%
Montes Claros-MG	24,70	0,770	2,1	31,37%
Pedreiras- MA	16,40	0,682	1,9	51,21%
São Francisco-MG	7,60	0,638	1,7	61,65%
São Gotardo-MG	21,80	0,736	2,1	17,61%
Várzea da Palma-MG	14,40	0,666	1,9	52,64%

Fonte: IBGE Cidades/ IPEA DATA.

No que concerne à habitação da população migrante em São Gotardo, observa-se a sua concentração em alguns bairros específicos da cidade. Através das respostas obtidas por meio dos questionários, evidencia-se que essa população reside, fundamentalmente, nos bairros Taquaril, Boa Esperança e Saturnino Pereira, todos eles essencialmente periféricos e possuindo deficiente infraestrutura urbana.

Kowarick (1979, p. 31) definiu a periferia como “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”. Em que pese a condição de um município de pequeno patamar demográfico (menos de 40 mil habitantes), os espaços periféricos urbanos podem ser observados em São Gotardo nos bairros em que habitam a população migrante (Foto 1), seja pela escassa infraestrutura, quantidade restrita de equipamentos urbanos e construções residenciais precárias (em geral resultantes de autoconstrução).

Foto 1: Aspecto do Bairro Boa Esperança, São Gotardo -MG



Fonte: Arquivo dos autores (2018).



É assim que os núcleos urbanos pequenos, necessários e funcionais à reprodução da moderna agricultura, conhecem ao mesmo tempo processos típicos de grandes cidades, como é o caso da periferização e de espaços precários de para a habitação da mão de obra migrante.

Diante de um cenário de escassez de atividades e equipamentos de lazer voltados para o trabalhador migrante, são poucas as alternativas que figuram como possibilidade de encontro e sociabilidade. É assim que, como aponta Milton Santos, fora de seu lugar de origem, estes indivíduos:

[...] precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e a nova residência obriga a novas experiências [...] o novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. (SANTOS, 2006, p. 223).

Compreendendo que “(...) os povos diferem de muitas maneiras, e os que vêm transferidos para outro ambiente, muito diferente de sua terra natal, podem ser envolvidos em conflitos de caráter geral e coletivo - raciais, linguísticos, etc.- ou, particularizando mais, em questões religiosas ou políticas” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.263) há, em São Gotardo, um conjunto de questões que até hoje limitam a plena inserção social dos migrantes. Tais habitantes já não são os mesmos daquela condição de sua terra natal, ao mesmo tempo em que se exige desta população esforços para sua inserção no novo lugar.

Práticas que fogem dos costumes e cultura local podem provocar estranhamentos e aversão, e, por conseguinte, implicam em condutas preconceituosas por parte da população natural do município. Calmon (1998, p.41) relata que normalmente o migrante nordestino é visto depreciativamente, o que de certo modo pode ser constatado em São Gotardo. Analisando as respostas ao formulário de pesquisa, os migrantes apontam com frequência a forma como são estigmatizados – são vistos muitas vezes como pessoas “violentas”, “agressivas”, que “passavam fome e sede na região de origem”, etc. Ademais, também são comuns preconceitos linguísticos e culturais.

Classificadas como “piadas de mal gosto”, alguns dos trabalhadores migrantes sinalizaram já terem sofrido algum tipo de preconceito em relação à região de origem. Porém (e provavelmente como limite de nosso procedimento metodológico), nas respostas do questionário, a maior parte dos entrevistados sinaliza o problema de maneira evasiva ou não reconhece a ocorrência de preconceito.

Visando nos aproximarmos mais da situação geográfica resultante da migração em São Gotardo, um recurso metodológico foi a busca de informações a partir de escolas públicas do município e mesmo de uma compreensão do cotidiano escolar. A forma como os migrantes buscam



a inserção escolar de seus filhos também revela um conjunto importante de aspectos que permitem leituras da experiência estabelecida no novo lugar. Assim, levantamos dados referentes ao número de ingressos e egressos nas escolas municipais de São Gotardo, que foram disponibilizados pela Secretaria de Educação e Cultura do município e pela Escola Municipal José Antônio Dos Santos, com informações acerca da naturalidade dos estudantes matriculados.

Avaliando os fluxos de matrícula escolar do município, reconhecemos claramente tendências de oscilação no número de matriculados na rede pública municipal, como indicativo de migrações sazonais que se estabelecem em função dos períodos de safra (como evidenciam os dados de dois estabelecimentos de ensino), com matrículas e também trancamentos de alunos não naturais do município ao longo do ano letivo.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, tal quadro de oscilações no número de matrículas da rede municipal representa problemas tanto para o planejamento-administrativo das escolas, quanto para a qualidade do ensino dos estudantes. Dessa maneira, nos fora relatado que empresários do agronegócio e setor da educação tentam acordar a realização de rotações de culturas em concomitância com o ano letivo nas escolas, almejando minimizar tais problemas, ainda que isso não seja totalmente possível ou suficiente em muitos casos.

Tendo conhecimento das implicações dos fluxos migratórios nas escolas de São Gotardo, realizamos levantamento de dados almejando compreender o fenômeno da migração a partir da realidade dos estudantes. Um levantamento mais detalhado foi realizado na Escola Municipal José Antônio Dos Santos. A escolha dessa escola para tal avaliação se justifica pelo fato de que sua construção foi voltada ao atendimento da população do bairro Boa Esperança e do distrito de Guarda dos Ferreiras, localidades periféricas que abrigam expressiva população migrante.

Conforme os dados que levantamos, em 2019, 237 crianças foram matriculadas no ensino Fundamental I e II da Escola Municipal José Antônio Dos Santos. Desse total, 120 estudantes eram naturais do município de São Gotardo, ou seja, quase a metade dos discentes é composta por migrantes. Dentre os alunos não naturais do município, a maior parte é oriunda da região Nordeste, contabilizando um total de 85 estudantes (cerca de 36% dos matriculados). Os discentes matriculados na referida escola de certo modo revelam o mapa de origem da mão de obra agrícola empregada em São Gotardo – o principal estado de origem é o Maranhão (66 estudantes), seguido de Alagoas (13 estudantes), mas também e em menor número paraenses, cearenses e piauienses.

A localização da habitação dos alunos que migraram para o município também revela a forma como a população migrante se insere no espaço da cidade - apenas 07 residiam no centro da cidade, enquanto a maioria absoluta residia no Bairro Boa Esperança e no Distrito de Guarda dos



Ferreiros. É válido ressaltar que ambos os bairros se constituem como espaços periféricos e precários em termos de infraestrutura.

Com base no exposto, é significativa a presença de migrantes na referida escola, fazendo-se necessárias práticas administrativas e pedagógicas coerentes a essa realidade. Salienta-se, dessa maneira, o fato de a escola apresentar horário integral de funcionamento, o que destoa da maioria das escolas públicas do município, e realizar o transporte de estudantes até o distrito de Guarda dos Ferreiros, necessário à viabilização dos estudos.

Em suma, observa-se expressivo número de migrantes na escola analisada, conjuntamente com massivo fluxo de ingressos e egressos ao longo do ano, além de casos frequentes de incompletude do ano letivo, demonstrando a necessidade de políticas públicas que atendam a tais especificidades. Daí a importância de se conhecer as dinâmicas locais, para, assim, apontarmos políticas coerentes com a realidade da população e as necessidades do lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as problemáticas discutidas no decorrer do texto, é possível sintetizarmos alguns elementos que permitem, quiçá, elaborarmos compreensões mais densas das experiências encontradas no lugar, bem como pensarmos propostas que orientem práticas capazes de garantir maior integração e inserção social da população migrante.

Região marcada pela prevalência de práticas de uma pecuária e agricultura tradicionais até os anos 1960, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e particularmente o município de São Gotardo, conhecem rápida modernização e aprofundamento dos nexos capitalistas no campo a partir da década de 1970, conferindo à produção novo patamar de qualidade e produtividade, vinculada às práticas típicas do que hoje denominamos por agronegócio.

A história de afirmação do campo moderno em São Gotardo resulta, além de políticas específicas (como foi o PADAP), também de um movimento de migrações para o lugar. Os responsáveis pela inserção da agricultura empresarial são sobretudo migrantes sulistas (especialmente paranaenses) que ocupam a região nas décadas de 1970 e 1980, mas a mão de obra que este campo moderno aciona, em função da especificidade de seus cultivos (legumes e hortaliças) assume proporções muito maiores a partir dos anos 2000, gerando no município importantes fluxos de trabalhadores, especialmente do Maranhão. Em que pese o levantamento empírico sugerir possíveis melhorias nas condições de trabalho e renda dentre os migrantes, quando comparado às suas condições nas regiões de origem, é visível que, no novo lugar, tais trabalhadores figuram como uma classe social desprivilegiada em termos de acesso a bens materiais que confirmam



condições plenamente dignas de vida, trabalho e inserção social, para além de certas resistências culturais.

Quanto ao trabalho, é notável a inserção de migrantes em funções exigentes de esforços físicos, exposição às intempéries e outros elementos típicos dos trabalhos mal remunerados do campo. A inserção destes trabalhadores migrantes no espaço urbano é também marcada pela residência em bairros periféricos, desprovidos em parte de infraestruturas e equipamentos que oportunizem o contato e a sociabilidade entre os próprios migrantes e entre estes e os habitantes naturais do município.

O preconceito, no que se refere à origem dos trabalhadores agrícolas de São Gotardo, se estabelece como elemento constituinte das relações sociais vivenciadas pelos migrantes no lugar, reproduzindo práticas discriminatórias e excludentes. Geograficamente, ocorre concentração da população migrante em determinados bairros periféricos, bem como de crianças em idade escolar em determinadas escolas.

Diante desse contexto, cabe às autoridades municipais o desenvolvimento de estratégias a fim de solucionar tais questões. Ações afirmativas, pautadas na orientação dessa população, são de suma importância para o acolhimento e integração da população migrante de modo geral. O desconhecimento diante de uma cultura que difere da local pode causar estranhamento e, mesmo, práticas discriminatórias por parte da população natural do município. Dessa maneira, é de suma importância a implantação de políticas que permitam difundir conhecimento acerca da cultura do migrante. A educação escolar da rede municipal poderia contribuir para tanto, especialmente em unidades marcadas pela presença significativa de alunos migrantes, estimulando a compreensão acerca da realidade do outro, a partir de seus aspectos culturais.

No mais, pode-se reconhecer um sentimento de saudosismo e nostalgia dos migrantes, em relação a costumes e tradições de suas regiões de origem. Um espaço destinado às práticas e valorização da cultura nordestina (como um Centro de Tradições, por exemplo), constituir-se-ia como um equipamento urbano importante no município de São Gotardo. Nesse sentido, o investimento em políticas voltadas à cultura e equipamentos públicos que permitam a construção de novas sociabilidades e integração social, poderia permitir melhor acolhimento e amparo aos trabalhadores migrantes, sejam eles os sazonais, sejam os que definitivamente habitam o município.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, A. F.; SANTOS, M. A. dos; MACHADO, C. J.; CARVALHO, J. A. M. de. Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba: o marco inicial do processo de ocupação do cerrado brasileiro. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 8, p. 17-43, 2013. Disponível em:



<<https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/117>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BEAUJEAU-GARNIER, J. **Geografia de população**. São Paulo: Difel, 1980.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CASTRO, I. E. et. al. (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.p. 319-367.

CALMON, J. **As estradas corriam para o sul: migração nordestina para São Paulo**. Salvador: EGBA, 1998.

CARNEIRO, P. A. S.; PEREIRA, M. F. V. Território da desigualdade: pobreza, fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo. **Geografia**, v. 30, n. 2, p. 255-269, 2005. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/656>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CIRILLO, B. O Sansei do Cerrado. **Globo Rural**. São Paulo, v.392, p.28-31, 2018.

DATAVIVA. **DataViva Plataforma de Pesquisa**. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

GEORGE, P. **Geografia da população**. São Paulo: Edipe, 1969.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acesso em: 10 out. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 08 out. 2020.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

IBGE. **Produção agrícola Municipal – IBGE PAM**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>, acesso em out. de 2019.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (sítio na internet). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> >. Acesso em: 04 dez. 2019.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



PEREIRA, M. F. V. Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana-de-açúcar. **Revista do Departamento de Geografia da USP.** v.23, p.83-104, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0023.0004>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PEREIRA, M. F. V. Estado e mercado na definição de uma região agrícola moderna: processos e consequências no Triângulo Mineiro. In: RAMOS FILHO, E. da S.; PEREIRA, M. F. V.; SANTOS, J. de L.; CLEPS, G. D. G.; ANDRADE, V. C. (org.). **Estado, políticas públicas e território.** São Paulo. Outras Expressões. 2015. p. 67-86.

SANTOS, M. A. **A influência da dinâmica demográfica e domiciliar no processo de ocupação do Cerrado Brasileiro:** o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, M. A. et al. Dinâmica demográfica e uso da terra no cerrado brasileiro: reflexões a partir da experiência do Padap. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** 2012, vol. 50, n. 2, p. 319-331. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000200007>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO GOTARDO (município). Lei complementar n.º 70, de 19 de dezembro de 2008. **Plano diretor de São Gotardo.** Diário Oficial do Município, São Gotardo, 19 de dezembro de 2008.